

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 513, DE 2009

Altera o art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

Autor: Deputado MANOEL JUNIOR

Relator: Deputado ALDO REBELO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Manoel Junior que visa a alterar dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Projeto de Lei Complementar nº 513, de 2009, em apreço visa a simplesmente alterar a redação do Art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que passará a vigorar acrescido de um § 4º, com a seguinte redação:

“Art.50.

.....
§ 4º Observarão a escrituração, na forma definida neste artigo os postos diplomáticos no exterior, que terão sua execução orçamentária e movimentação financeira registradas no sistema informatizado de administração financeira do Governo Federal.” (NR)

Em sua Justificativa o autor alega que a presente proposição “.....visa reforçar a transparência da gestão fiscal e o aprimoramento dos instrumentos de escrituração das contas públicas, no que

diz respeito aos postos diplomáticos localizados no exterior, os quais, ainda hoje, não estão devidamente inseridos nos mecanismos contábeis e financeiros da União.”

O Autor informa que, segundo informações da ONG “Contas Abertas”, das 199 unidades diplomáticas no exterior, somente cinco inserem suas despesas no Siafi, fazendo das embaixadas verdadeiras ‘caixas-pretas’ das contas públicas, sabendo-se que as representações no exterior consumiram, em 2008, R\$ 1,3 bilhão do orçamento do Itamaraty, que totalizou naquele ano R\$ 1,8 bilhão.

Após enfatizar que o Projeto de Lei Complementar em comento tem por objetivo dar maior transparência aos gastos realizados pelo Governo Federal no exterior, assegurando a sua correta contabilização, o autor requer o apoio dos ilustres Colegas para a sua aprovação.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Nobre Deputado Manoel Junior, retomando ação legislativa pretérita do então Deputado Neuton Lima, propõe alteração na Lei Complementar nº 101, de 2000, de modo a obrigar os postos diplomáticos no exterior a terem sua execução orçamentária e movimentação financeira registradas no Sistema Informatizado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

Trata-se de legítimas preocupações com a transparência nos gastos públicos e com a otimização dos mecanismos de controle e fiscalização, das quais seguramente compartilhamos com o Autor, cientes que estamos da competência constitucional de Congresso Nacional relativa ao exercício do controle externo.

No entanto, temos de considerar primeiramente se a implementação do intentado mecanismo de controle requer necessariamente a proposta alteração na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumpe lembrar que o Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo, é constitucionalmente competente para, dentre outras atribuições, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

Nesse sentido, constatamos que aquela Corte de Contas determinou a inclusão no Siafi de nossos postos diplomáticos no exterior nos termos de seguidas deliberações e que já há um decorrente processo de implementação em curso por parte do Ministério das Relações Exteriores.

Com efeito, nos termos do Acórdão–TCU-Plenário nº 347, de 2006, foi determinado ao Ministério das Relações Exteriores a interligação de todas as unidades do Itamaraty no exterior ao Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi. Contudo, reconhecendo uma série de dificuldades a serem enfrentadas com vistas à plena implementação, o TCU determinou que ela fosse feita de forma gradativa, requerendo inicialmente a inclusão de um posto por continente dentre aqueles com despesa superior a um milhão de dólares.

Informações atualizadas obtidas dão conta de que já se encontram no Siafi dez importantes postos no exterior: Embaixada em Buenos Aires, Embaixada em Santiago, Embaixada em Pretória, Embaixada em Londres, Embaixada em Tóquio, Consulado-Geral em Buenos Aires, Consulado-Geral em Miami, Consulado-Geral em Nova York, Consulado-Geral em Londres e Consulado-Geral em Tóquio.

Para o corrente ano estão previstas a ‘siafização’ dos seguintes postos: Embaixada em Madrid, Consulado-Geral em Madrid, Consulado-Geral em São Francisco, Consulado-Geral em Houston, Consulado-Geral em Chicago, Consulado-Geral em Boston e o Escritório Financeiro do Itamaraty em Nova York.

Para 2011, prevê-se a inclusão de mais seis postos, a saber: Embaixada em Haia, Embaixada em Bruxelas, Missão do Brasil junto à União Européia, Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, Consulado-Geral em Atlanta e o Consulado-Geral em Barcelona.

No tocante às citadas dificuldades operacionais que foram sopesadas pela Corte de Contas ao se pronunciar por uma

implementação gradual, cabe destacar que elas são variadas e que demandam um certo prazo para serem suplantadas, dentre as quais destacamos:

a) o fato de o Siafi operar somente com o dólar estadunidense, a libra esterlina e o iene dentre todas as moedas estrangeiras afetas, limitação essa que está sendo atualmente tratada pela Secretaria do Tesouro Nacional;

b) o reduzido número de servidores do MRE a serem distribuídos em uma rede crescente de postos – cerca de 210 atualmente – bem como a necessidade de se formar e capacitar o pessoal habilitado a operar o sistema nos postos e na Secretaria de Estado;

c) o fato de o Siafi ter um horário de fechamento que, devido ao fuso horário, pode obrigar o funcionamento dos postos em horário fora do expediente; e

d) a constatação de que postos na maioria dos países africanos, nos pequenos postos de fronteiras e no interior de países da América Latina, da Europa menos desenvolvida, do Cáucaso, do Oriente Médio e do Extremo Oriente não oferecem condições técnicas satisfatórias para a implementação do Siafi, notadamente no tocante à interligação dos equipamentos desses postos com a rede de computadores, indispensável para a integração ao sistema.

Não obstante todas essas dificuldades, o processo de implementação da determinação do TCU está em curso, para tanto, basta observar que, enquanto o Autor falava ao final do ano passado em apenas cinco postos '*siafizados*', hoje registramos dez postos, com previsão de 23 postos relevantes interligados ao Siafi até o final de 2011.

Portanto, a proposição em apreço revela-se desnecessária, uma vez que a medida por ela intentada já está sendo implementada nos termos da legislação vigente.

Não estamos a considerar a questão como resolvida, pelo contrário, o estrito cumprimento das determinações no tocante à gradual '*siafização*' de nossas representações no exterior deve ser observado permanentemente pelo sistema de controle interno e notadamente pelo sistema de controle externo, onde o TCU, como órgão auxiliar, já dispõe dos recursos

legais para tanto, em particular os previstos nos Arts. 70, 71 e 72 da Constituição Federal.

Desse modo, uma vez constatada a inexistência de lacuna legislativa que possa fundamentar a proposta alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal e considerando que a pertinente medida intentada pela proposição em apreço já se encontra em processo de implementação conforme exposto, VOTO pela rejeição do Projeto de Lei Complementar Nº 513, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado ALDO REBELO
Relator